



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL

PESSOA FÍSICA

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

REQUERIMENTO

Requerimento de regularização fundiária devidamente preenchido e assinado.

DOCUMENTOS DO REQUERENTE

RG e CPF do requerente;

RG e CPF do cônjuge, se houver;

Em caso de requerimento apresentado por procurador:

Procuração devidamente assinada e com firma reconhecida, juntamente com o RG e CPF do procurador.

COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL

Solteiro: certidão de nascimento;

Casado: certidão de casamento;

Viúvo: certidão de casamento juntamente com a certidão de óbito do cônjuge;

Divorciado: averbação do divórcio em certidão de casamento e sentença judicial do divórcio onde conste a partilha dos bens;

União Estável: declaração de união estável com firma reconhecida em cartório.

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Conta de água, luz ou telefone recentes, ou equivalente; ou

Caso o requerente não possua nenhum comprovante de endereço formal, poderá solicitar uma declaração da Unidade Básica de Saúde onde é atendido.

DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A POSSE DO IMÓVEL COM CADEIA SUCESSÓRIA

Escritura de compra e venda; ou

Contrato particular de compra e venda; ou

Cessão de direitos possessórios.

Caso não possua documento de aquisição do imóvel, é necessário apresentar declaração de data de ligação de energia elétrica da EDP; notas fiscais de compra de material de construção adquiridos e enviados para o endereço do imóvel objeto da regularização fundiária ou quaisquer outros documentos que vinculem o requerente ao imóvel em datas anteriores a dezembro de 2016.

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO E FOTO DA FACHADA DO IMÓVEL

A foto deverá ser anexada em formato digital, em arquivos de extensão PDF, JPEG ou PNG.

ESPELHO DE IPTU (para imóveis já cadastrados)

Página do carnê de IPTU onde constam as informações do imóvel (identificação cadastral, metragem, área total).

COMPROVANTE DE RENDA

Renda formal: contracheque/holerite do último ou penúltimo mês;

Aposentados e pensionistas: extrato de pagamento de benefícios atualizado;

Renda informal ou outros casos: declaração de renda informal juntamente com a cópia do último contrato encerrado na Carteira de Trabalho (CTPS) e a página seguinte em branco, demonstrando ausência de vínculo de trabalho atual;

IMPORTANTE: os comprovantes de renda atualizados serão solicitados quando do início do procedimento de regularização fundiária no núcleo em que o imóvel está inserido.